

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
***CAMPUS DE CACOAL***  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**VALDEMIR DE SOUZA LOPES**

**CONTROLES INTERNOS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SUA  
OBRIGATORIEDADE IMPOSTA PELA RESOLUÇÃO BACEN 2.554/98**

**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Artigo**

**Cacoal**  
**2007/2**

**VALDEMIR DE SOUZA LOPES**

**CONTROLES INTERNOS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SUA  
OBRIGATORIEDADE IMPOSTA PELA RESOLUÇÃO BACEN 2.554/98**

Artigo apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Administração da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Ms. Lúcia Setsuko Ohara Yamada

Cacoal  
2007/2

**CONTROLES INTERNOS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SUA  
OBRIGATORIEDADE IMPOSTA PELA RESOLUÇÃO BACEN 2.554/98**

**Por**

**VALDEMIR DE SOUZA LOPES**

Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora formada por:

Aprovado em 26 de Setembro de 2007.

---

Presidente: Prof<sup>a</sup>. Lúcia Setsuko Ohara Yamada – Orientadora, UNIR

---

Membro: Prof<sup>a</sup>. Suzenir de Aguiar da Silva Sato, Ms, UNIR

---

Membro: Prof<sup>a</sup>. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira, Ms, UNIR

## **AGRADECIMENTO**

**Em primeiro lugar a Deus  
pela vida...**

**Aos meus pais, Valdemar de Souza Lopes e  
Elza Vieira Lopes (*in memoriam*), pela  
existência...**

**À minha esposa e aos meus filhos  
pela paciência, tolerância e compreensão nos  
momentos de ausência, e pela fonte de  
inspiração ...**

**Aos mestres que  
sempre ajudaram na construção do  
aprendizado durante minha jornada  
acadêmica...**

**Aos amigos e colegas que  
proporcionaram momentos de trocas de  
conhecimentos e vivências...**

## CONTROLES INTERNOS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SUA OBRIGATORIEDADE IMPOSTA PELA RESOLUÇÃO BACEN 2.554/98

Valdemir de Souza Lopes <sup>1</sup>

**RESUMO:** As instituições financeiras vêm adotando com rigor a função de controle interno, dando-lhe enfoque especial, haja vista, se tratar de uma vantagem competitiva na atual economia globalizada. Além de fator estratégico, o controle interno é fator legal normatizado pela autoridade Supervisora Banco Central - Bacen através da Resolução nº. 2.554/98. Constitui-se uma ferramenta útil no acompanhamento dos negócios fundamentais da organização, desempenhando papel preponderante no acompanhamento dos objetivos operacional e financeiro, e ainda proporciona a salvaguarda do patrimônio da instituição e a melhoria no ambiente operacional, considerando-se que um ambiente operacional forte e consistente é crucial para o atingimento dos resultados buscados por qualquer organização. Desta feita, pretendeu-se com este trabalho abordar a importância dos controles internos na melhoria do ambiente operacional das instituições financeiras bem como discorrer sobre os riscos a que estão expostas nas atividades cotidianas e sua respectiva gestão. Para tanto, foi utilizado o método *dedutivo* e metodologia de *pesquisa bibliográfica*, tendo por base os pontos elencados na resolução Bacen nº. 2.554/98, os 13 Princípios emanados do BIS - *Bank for International Settlements* e as metodologias utilizadas para estruturação de um controle interno eficiente e eficaz. Com base nesses preceitos, pôde-se constatar que os controles internos exercem papel de destaque nas instituições financeiras a nível global, tanto no fortalecimento do ambiente operacional quanto na consecução dos objetivos estratégicos da alta administração, sendo objeto de estudos por diferentes segmentos da sociedade, dada a sua magnitude de atuação.

**Palavras-chave:** Controles Internos. Riscos. Ambiente Operacional. Instituições Financeiras.

## INTRODUÇÃO

O Controle Interno (CI) nas organizações se reveste de fundamental importância, onde a cada dia faz-se necessário saber em qual posição encontram-se os rumos dos negócios traçados pela alta administração, como forma de avaliar se os objetivos estratégicos estão de fato sendo alcançados, de que forma estão sendo trabalhados, constituindo, portanto, uma das fases administrativas da administração contemporânea.

---

<sup>1</sup>Pós-Graduado em Controladoria de Negócios e Gestão pela Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Licenciado em Matemática pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Bacharelado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia–UNIR *Campus* de Cacoal, sob orientação da professora MS. Lúcia Setsuko Ohara Yamada, Gerente de Atendimento do Banco do Brasil S.A., fone (64)3621-2977, e-mail valopess@hotmail.com.

O CI pode existir tanto na esfera formal, como também na informal, em grandes corporações e pequenas empresas de origem familiar, destacando-se pela sua função principal, que é a de bem informar aos dirigentes, sócios, acionistas e proprietários os rumos que a organização vem tomando ou irá tomar, de modo a alinhar as atividades operacionais e administrativas aos objetivos estratégicos. Também de relevante importância, é o fato de o controle interno permitir avaliar se o patrimônio da organização está sendo bem resguardado, se as políticas e normas adotadas estão sendo observadas, e se as leis e regulamentos estão sendo cumpridos no desempenho das atividades operacionais.

Nas organizações do ramo financeiro, a função controle interno vem ganhando maior espaço face aos riscos das mais variadas naturezas a que estão susceptíveis. O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia – *BIS - Bank for International Settlements*, tem publicado recomendações no sentido de fortalecer a cultura de controles internos das organizações financeiras e melhoria do ambiente operacional destas, em razão das perdas ocorridas em várias instituições em todo o mundo, as quais poderiam ter sido minimizadas, caso existissem controles internos adequados, eficazes e eficientes.

Alinhada a essas recomendações internacionais acerca de controles internos nas instituições financeiras, o Banco Central do Brasil - Bacen, entidade supervisora das instituições financeiras atuantes no País, editou a Resolução nº. 2.554/98, contendo as bases dos princípios emanados pelo **BIS** consoante controles internos, através da qual determinou a implementação de controle interno efetivo e eficaz na gestão de seus ativos e passivos, com fito de controlar, avaliar e mitigar os riscos inerentes à atividade, também como forma de dar maior segurança aos recursos de terceiros, permitir transparência no manuseio de recursos públicos, e de melhorar a liquidez do mercado, concorrendo finalmente para uma melhor governança corporativa e solidez conjuntural da economia.

## **OBJETIVO GERAL**

Evidenciar se a estrutura de controles internos exigidos pela Resolução Bacen nº. 2.554/98, contribui para o fortalecimento do ambiente operacional das instituições financeiras.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) discorrer sobre os conceitos e definições de controles internos;
- b) elencar os principais riscos inerentes às instituições financeiras e sua gestão;

c) conhecer como deve ser estruturado o controle nas instituições financeiras com base na resolução Bacen nº. 2.554/98 e, nos 13 Princípios emanados pelo BIS; e

d) evidenciar a importância dos controles internos para o alinhamento e atingimento dos objetivos estratégicos da organização;

Para tanto, este trabalho será formatado no *Método Dedutivo e Metodologia de Pesquisa Bibliográfica*, onde serão realizadas pesquisas bibliográficas de diversos autores da área, de teses a nível de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, MBA- *Master Business Administration*, publicações avulsas, manuais técnicos, legislação e normas atinentes ao assunto, de forma a compilar os diversos conceitos, técnicas e métodos de aplicação dos controles internos nas instituições financeiras.

## 1 CONTROLE INTERNO NO TEMPO

### 1.1 Evolução dos Controles Internos

Desde a antiguidade a humanidade já exercia algum tipo de controle no seu cotidiano, claro que de forma rudimentar, como se pode aduzir das palavras do mestre Lopes de Sá (2007, p. 21), “existem provas arqueológicas de inspeções e verificações de registros realizadas entre a família real de Urukagina e o templo sacerdotal sumeriano e que datam de mais de 4.500 anos antes de Cristo”.

Segundo Migliavacca (2002 *apud* MORAES, 2003), “a palavra controle apareceu por volta de 1600, como significado de ‘cópia de uma relação de contas’, um paralelo ao seu original. Deriva do latim *contrarotulus*, que significa cópia do registro de dados”.

Nas primeiras teorias de administração – planejar, organizar, dirigir, **controlar**, o assunto já era mencionado por autores como Fayol e Taylor, pais do embrião da administração científica, deixando evidente a importância dessa função administrativa para o sucesso do empreendimento.

“A partir de 1940, as organizações de auditores e de contadores dos Estados Unidos e Europa começam a publicar estudos e normas sobre impacto dos controles nas auditorias”, conforme citado por D’Avila & Oliveira (2002, p. 16).

Em 1970, conforme D’Avila & Oliveira (2002), ocorre o escândalo de dossiê conhecido por *Watergate*, concorrendo para implantação da chamada *Foreign Corrupt Act of*

1977 (FCPA), legislação norte-americana que versa sobre práticas anticorrupção em países estrangeiros e controle interno. Ainda segundo D'Avila & Oliveira (2002, p. 17):

Adicionalmente às normas antipropinas, a FCPA prevê normas sobre contabilidade e controles internos, obrigando empresas a manter controles para alcançarem certos objetivos. Assim, formaliza-se legalmente, o entendimento de que controles internos seria um instrumento para impedir pagamentos ilegais.

Em 1979, o Instituto Americano de Contadores (AICPA) forma a comissão *Cohen*, a qual em linhas gerais tratava da avaliação dos órgãos de controles internos pelas auditorias independentes, através de relatórios emitidos pelos respectivos auditores, onde mais tarde foi endossada pela SEC<sup>2</sup>. D'Avila & Oliveira citam que:

Em 1980 o AICPA emitiu a norma de auditoria número 30 (*Statement on Auditing Standard*), requerendo que auditores avaliassem e emitissem relatórios sobre controles internos. Em 1983 o Instituto de Auditores Internos (*Institute of Internal Auditors-IIA*) publicou norma sobre a natureza dos controles e o papel dos participantes no seu estabelecimento, manutenção e avaliação.

Mesmo com todo esse aparato de normas, ainda são recorrentes os casos de escândalos envolvendo grandes corporações, como a título de exemplo citado por Brito (2007), a Parmalat, Enron, Worldcom, que recentemente (2002), apresentaram fraudes em suas demonstrações financeiras, na ordem de bilhões de dólares de prejuízos aos acionistas, abalando com isso, a confiabilidade nos auditores, contadores e dirigentes, e de certa forma colocando em xeque toda a reputação da ciência social contábil - capaz de informar com fidedignidade a situação patrimonial das *aziendas* e a geração justa e exata dos *réditos*.

Em decorrência dessas fraudes contábeis/financeiros, conforme Brito (2007), surgiu em 2002, nos Estados Unidos a Lei *Sarbanes-Oxley Act* (O Ato), que dentre outras medidas, passou a exigir certificações por parte dos altos executivos das companhias nas demonstrações contábeis produzidas, medidas de controles internos mais rigorosos, atingindo todas as companhias registradas na SEC.

## 1.2 Controle Interno no Brasil

No Brasil, conforme D'Avila & Oliveira (2002), o controle interno aparece timidamente no antigo Código Comercial, Lei nº. 556 de 25 de Junho de 1850, o qual sempre obrigou empresas a manter escrituração contábil, mas sem atingir nenhuma efetividade prática

---

<sup>2</sup> SEC - *Securities and Exchange Commission* – Comissão de Valores dos Estados Unidos da América.



no controle propriamente dito. Com a edição da Lei das S.A. 6.404/76, de 15 de Dezembro de 1976, nos termos dos artigos 176 e 177, tem-se uma maior ampliação da importância do controle interno com a exigência por parte das companhias abertas (SA), de apresentarem parecer de auditores independentes sobre suas demonstrações financeiras, fazendo com que as companhias passassem a dar maior importância aos processos internos, a fim de bem atender a Legislação vigente.

São cada vez mais crescente as aberturas de capital das companhias, ocorrendo freqüentes fusões, incorporações, cisões, transformações e aquisições de empresas, ampliando ainda mais o enfoque no controle interno em todas as suas nuances, conforme apregoam D'Avila & Oliveira (2002, p. 16), “o foco, então, desloca-se do controle de caixa, para o uso de informações financeiras e determinados indicadores de performance,...” .

### 1.3 Controles Internos nas Instituições Financeiras

#### 1.3.1 Contexto Internacional

No contexto das instituições financeiras a nível internacional, a evolução dos controles internos está desenhada da seguinte maneira, segundo Brito (2007, pp. 60-61):

De 1991 a 1996 – Definiu-se as diretrizes referentes à criação de políticas, metodologias e estruturas – **englobando o estabelecimento de estruturas de controles internos e processos de identificação e monitoramento dos riscos operacionais** – para que as instituições financeiras obtenham um processo melhor de gestão dos riscos. [grifo nosso]

De 1996 a 1998 – G-30 e Basiléia. Os governos de países desenvolvidos fizeram recomendações para o estabelecimento de práticas, políticas e metodologias que permitam a **implementação e o gerenciamento dos controles internos**, a fim de se obter uma estrutura melhor de governança corporativa. [grifo nosso]

1999 – Abordou-se os riscos de forma pró-ativa, integrando controles internos, governança corporativa e gestão de riscos, de forma a se ter um diferencial competitivo.

De 2001 a 2005 – Basiléia. Foi estabelecida a alocação de capital para a cobertura dos riscos financeiros e, recentemente, operacionais. Tem como objetivo consolidar a gestão dos diversos riscos, por meio de sistemas internos para identificação e adequada mensuração desses riscos. Iniciou-se as discussões sobre metodologias para o gerenciamento e a mensuração do risco operacional.

Em 1985, conforme D'Avila & Oliveira (2002), foi criado, pelo congresso americano, um subcomitê especial para discutir os vários aspectos de controles internos na organização, posteriormente transformada em Comissão - *Treadway Commission*, que tinha como principal

objetivo identificar as causas de existência de informes financeiros fraudulentos e fazer recomendações para redução dessas ocorrências.

Em 1992, foram publicados os relatórios da comissão, intitulado *Committee of Sponsoring Organisations (COSO)*<sup>3</sup>, da comissão *Treadway*, sob o título “Estrutura Integrada de Controles Internos”.

### 1.3.2 Contexto Nacional

No caso brasileiro, no que tange às instituições financeiras em específico, a avaliação de controles internos tem sido a preocupação do Banco Central do Brasil – BACEN desde a resolução nº. 607, de 02.04.80 do CMN<sup>4</sup> (revogada em 03/05/1985 pela resolução CMN 1007/85), exigindo que o auditor independente emitisse relatório circunstanciado relativo ao assunto.

Com a edição da Resolução nº. 2.554/98, de 24.09.1998, pelo BACEN, consolidou-se as exigências de um Sistema de Controles Internos eficiente e eficaz, determinando às instituições financeiras a implantação e implementação a partir de 01/1999 com a definição de estruturas de CI, e funcionamento a partir de 01/2000.

## 2 CONCEITOS DE CONTROLE INTERNO

Segundo D’Avila & Oliveira (2002, p.26), “os conceitos fundamentais da definição de controles internos são *Processo, Pessoas, Segurança razoável, e Objetivos, ...*”, baseado largamente no conceito apregoado pelo *COSO* (*apud* DIAS, 2006, p.48), “... controle interno é um processo, desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da empresa”.

Segundo o IFAC - *Institut Français des Experts Comtables* (*apud* LOPES de SÁ, 2007, p.106):

O controle interno é formado pelo plano de organização e de todos os métodos e procedimentos adotados internamente pela empresa para proteger seus ativos, controlar a validade dos dados fornecidos pela Contabilidade, ampliar a eficácia e assegurar a boa aplicação das instruções da direção.

<sup>3</sup> *COSO – The Committee of Sponsoring Organisations* (Comitê das Organizações Patrocinadoras) - Entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa;

<sup>4</sup> CMN – Conselho Monetário Nacional.

Ainda segundo o mestre Lopes de Sá (2007), “na prática, o que se busca conhecer é a eficiência da ‘vigilância’ e da ‘proteção’ aos bens e à força de trabalho, ou seja, se o que se investe e o que se obteve de recursos efetivamente oferece lucratividade, economicidade ou adequada colimação dos fins procurados e programados”.

Dias (2006, p.3) contribui com a seguinte aceção sobre controles internos:

... o sistema de controles internos adotados em uma organização representa o conjunto de procedimentos ou atos que possibilitem segurança quanto aos aspectos lógicos e técnicos do processo, identificando, através de sua adoção, o cumprimento das linhas hierárquicas de autoridade, limite de alçada estabelecida e efetiva execução do fluxo das operações.

Conforme o Manual do Banco do Brasil - Controles Internos- Conceitos e Metodologias - Formação Básica para Agentes de Compliance (2000) “a metodologia SAC – *Systems Auditability and Control*, define Controles Internos como processos, funções, atividades e pessoas que, em conjunto ou conscientemente segregadas, devem assegurar os objetivos e metas fixados.”

Observa-se nos conceitos acima elencados acerca dos controles internos, que os mesmos não destoam em sua concepção, ou seja, o controle interno deve existir para salvaguarda dos ativos, alinhamento dos objetivos estratégicos da alta administração para toda organização, transparência (*disclosure*<sup>5</sup>) dos seus procedimentos operacionais de forma a cumprir os regulamentos internos e a legislação pertinente. Senão veja-se o conceito emanado do AICPA<sup>6</sup> (*apud* DIAS, 2006, p.3):

O Controle Interno compreende o plano da organização e todos os métodos e medidas adotados numa empresa para proteger seu ativo, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

Lopes de Sá (2007, p.106) acrescenta ainda a seguinte divisão de controles internos:

Controles contábeis entendem sejam aqueles que se relacionam diretamente com o patrimônio e com os registros e demonstrações contábeis (que eles dizem ser demonstrações financeiras).

Controles administrativos entendem sejam os concernentes basicamente à “eficiência operacional” e à “vigilância gerencial”, e que só indiretamente são referidos nos registros contábeis.

<sup>5</sup> *Disclosure* – Transparências nos atos e fatos administrativos e contábeis;

<sup>6</sup> AICPA - *American Institute of Certified Public Accountant* - Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados.

Conota-se que no controle interno há a segregação entre *controle administrativo* - englobando procedimentos estatísticos, objetivos estratégicos, análise de conjuntura, relatórios gerenciais, e *controle operacional* - englobando o “chão de fábrica”, o operacional, cumprimento das normas e procedimentos internos, cumprimento de metas, relatórios contábeis.

### 3 OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO

Deve-se entender que controle interno é um processo, que se torna efetivo através da ação das pessoas, as quais devem assegurar com razoável grau de segurança que objetivos fundamentais a qualquer negócio sejam atingidos.

Conforme D’Avila & Oliveira (2002), os objetivos de controles internos podem ser assim divididos:

- a) economia e eficiência das operações, incluindo o alcance dos objetivos em termos de performance e segurança dos ativos contra perdas;
- b) veracidade das Demonstrações Contábeis;
- c) conformidade (*compliance*<sup>7</sup>) com as normas e legislações; e
- d) controlar / mitigar exposição aos riscos.

### 4 METODOLOGIAS APLICADAS AOS CONTROLES INTERNOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o Manual do Banco do Brasil - Controles Internos- Conceitos e Metodologias - Formação Básica para Agentes de Compliance (2000), as principais metodologias aplicadas na implantação de controles internos em instituições financeiras são: COSO, COCO, SAS 55/78, COBIT e SAC. A seguir serão explanados a estrutura e aplicação dessas metodologias na implantação e implementação dos controles internos em instituições financeiras.

---

<sup>7</sup> *Compliance* – Conformidade com as normas e legislação, aderência à legislação.

#### 4.1 Metodologia COSO - *Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission*

Em 1985, conforme Brito (2007), foi criada uma comissão especial para reunir todo o arcabouço de conhecimentos até então desenvolvido sobre CI pelos membros participantes: AICPA – *American Institute of Certified Public Accounts* (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados), AAA - *American Accounting Association* (Associação Americana de Contabilidade), FEI - *Financial Executives Internacional* (Instituto de Executivos Financeiros), IIA – *The Institute of Internal Auditors* (Instituto dos Auditores Internos), IMA – *Institute of Management Accountants* (Instituto dos Contadores Gerenciais), culminando em 1987 num relatório multidisciplinar, onde fez-se recomendações para todas as instâncias de atuação (professores, comissões de valores mobiliários, gerência e alta administração, contadores e auditores) abrangendo os pontos importantes da estrutura de controle interno como: ambiente de controle, códigos de conduta, comitê de auditoria, auditoria interna efetiva, implantação e efetividade nas empresas.

Em 1992, publicou o trabalho *Internal Control – Integrated Framework* (Controles Internos – Um Modelo Integrado). Esta publicação tornou-se referência mundial para o estudo e aplicação dos controles internos, [...] Posteriormente a Comissão transformou-se em Comitê, que passou a ser conhecido COSO – *The Committee of Sponsoring Organisations - Comitê das Organizações Patrocinadoras*, (DIAS, 2006, p. 48).

A metodologia disseminada pelo Comitê está estruturada em: *ambiente de controle, avaliação e gerenciamento dos riscos, atividades de controle, informação e comunicação, e monitoramento*. Seus enunciados são seguidos pela maioria das instituições financeiras e autoridades supervisoras dos respectivos países. Para ser eficiente e eficaz, deve ocorrer o inter-relacionamento entre os componentes, conforme figura abaixo:

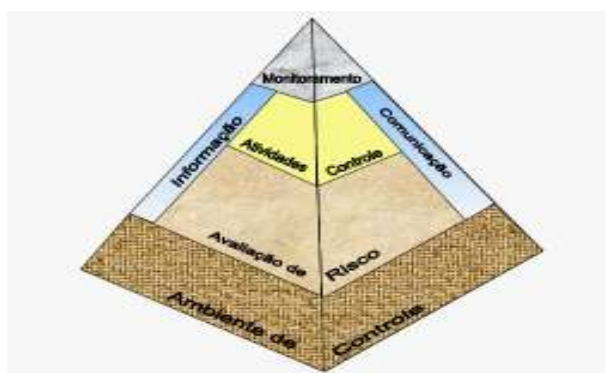


Figura 1.0 Relacionamento dos Componentes do COSO  
Fonte: Barbosa *et al*, (1999 *apud* MORAES, 2003).

## 4.2 Metodologia COCO - *Guindance on Assessing Control –The COCO Principles*

Sua metodologia tem como público alvo a alta administração da organização, principalmente o presidente, quem decide se o controle é satisfatório, e o conselho de administração, que tem como foco de avaliação os objetivos e riscos relacionados da organização, numa visão holística da organização, considerando as pessoas, e é realizada através de auto-avaliações.

Segundo Barbosa *et al* (1999, p.15-22, *apud* MORAES, 2003):

A metodologia COCO, criada pelo Canadian Institute of Chartered Accountants (CICA), para auxiliar a alta administração das organizações a implementar e avaliar um ambiente de controle, de modo a atingir seus objetivos operacionais e estratégicos.

Outro aspecto relevante do direcionador diz respeito à valorização do elemento humano e dos valores éticos e culturais, ampliando o foco além dos cuidados com as demonstrações financeiras, conformidades e segurança de ativos.

## 4.3 Metodologia SAS – 55/78 – *Statements on Auditing Standards*

Essa metodologia visa orientar a atuação dos auditores independentes / externos no tocante às avaliações dos controles internos das organizações quando das auditorias, necessitando o auditor conhecer a estrutura de controles internos e seus elementos componentes, conforme reforça essa assertiva as palavras de Moraes (2003), “apesar de conter objetivos operacionais e de *compliance* nas suas definições de controle interno, o SAS 78, assim como SAS 55 tem como foco o exame da veracidade das demonstrações financeiras da organização.”

Segundo o Manual do Banco do Brasil - *Controles Internos- Conceitos e Metodologias - Formação Básica para Agentes de Compliance (2000)*:

Os dois documentos foram desenvolvidos pelo *American Institute of Certified Public Accountants*, sendo que o primeiro está direcionado para uma auditoria de demonstrações financeiras e o segundo refere-se também ao tema, mas substituindo a definição de controles internos do primeiro pelas definições da metodologia COSO. O público alvo desses documentos são os auditores externos.

#### 4.4 Metodologia COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*

Esse modelo adota como princípios: exigências de qualidade; exigências fiduciárias (eficácia e eficiência das operações, veracidade das informações, etc.); e segurança (confidencialidade, integridade e disponibilidade).

Segundo o Manual do Banco do Brasil - Controles Internos- Conceitos e Metodologias - Formação Básica para Agentes de *Compliance* (2000):

A metodologia COBIT foi desenvolvida pelo *The Information Systems Audit and Control Foundation (ISACF)* e incorporou o conceito de Controle Interno utilizado a partir do COSO, ampliando-o na área de Sistemas e **Tecnologia da Informação(TI)**. [grifo nosso]

Ainda conforme o referido Manual (2000), no mundo existem duas correntes bem definidas com relação a controles internos: uma voltada para negócios (por exemplo, COSO e COCO) e outra direcionada para TI.

Com o crescente volume de negócios no mundo das instituições financeiras em específico, é imperativo que se tenha recursos tecnológicos de ponta, confiáveis, disponíveis assim que solicitados, e acima de tudo que estejam em conformidade com as normas e legislações vigentes.

#### 4.5 Metodologia SAC – *Systems Auditability and Control*

Segundo consta do Manual do Banco do Brasil - Controles Internos- Conceitos e Metodologias - Formação Básica para Agentes de *Compliance* (2000), “tal metodologia foi desenvolvida pelo *Institute of Internal Auditors Research Foundation* em 1991 e teve em 1994 uma revisão no seu conteúdo, tendo por objetivo auxiliar os auditores internos na execução de seus trabalhos voltados para a área de Tecnologia da Informação (TI)”.

Está estruturada com os seguintes componentes: Ambiente de Controle; Sistemas Manuais e Automatizados (sistemas e software); e Procedimentos de Controle.

A partir desses componentes são definidos cinco classificação para os controles internos: preventivos, detectivos e corretivos; discricionários e não discricionários; voluntários e obrigatórios; manuais e automatizados; e aplicações e controles gerais.

#### 4.6 Inter-relacionamento das Metodologias

Pelo exposto acerca das metodologias de controles internos, percebe-se de maneira nítida, uma complementação terminológica a partir do seu precursor, que é o COSO, onde as demais metodologias foram evoluindo a fim de permear melhor a estrutura de controles internos das organizações, as quais se diferenciam apenas nos usuários finais.

A título ilustrativo, tem-se o quadro comparativo das metodologias COSO , COCO e SAS 55/78.

Metodologia/Relação	COSO	COCO	SAS 55/78
1. A quem se destina	Alta Administração	Alta Administração	Audidores Externos
2. Quem é responsável pelo Sistema de Controles Internos	Alta Administração	Alta Administração	Alta Administração
3. Definição de Controles Internos	Um processo, que se torna efetivo através das pessoas, devendo assegurar com razoável segurança que os objetivos do negócio serão atingidos.	Atuação conjunta de fatores com recursos, sistemas, processos, planejamento, aprendizado contínuo e cultura organizacional visando atingir os objetivos do negócio	Controle interno é visto como um processo no qual participam o Conselho de Administração, a diretoria, gerentes e demais funcionários no intuito de assegurar, com um nível considerável de segurança, o alcance dos objetivos do negócio (SAS 78 substitui a definição que existia anteriormente por esta, semelhante à definição do COSO)
4. Objetivos	Economia e eficiência das operações; Veracidade das Demonstrações Financeiras • Compliance com normas e legislação	Eficiência e eficácia das Operações Qualidade e veracidade dos relatórios utilizados internamente e disponibilizados externamente; Compliance com normas e legislação.	Veracidade das demonstrações financeiras; Eficiência e eficácia das operações; e Compliance com normas e legislação
5. Componentes da Estrutura de Controle	Ambiente de Controle; Avaliação de Risco; Atividade de Controle; Informação e Comunicação; e Monitoramento.	Ambiente de Controle; Sistemas Manuais e Automatizados; e Procedimentos de Controle	



			<p><b>SAS 55</b>-Ambiente de Controle, Sistemas Contábil e Procedimentos de Controle. <b>SAS 78</b> substitui os componentes dos SAS 55 por:</p> <p>Ambiente de Controle; Avaliação de Risco; Atividade de Controle; Informação e Comunicação; Monitoramento. Mesmos componentes do COSO.</p>
6. Foco	Toda a Organização	Todas a organização.	Demonstrações Financeiras
7.Avaliação de Controles Internos	Num ponto do tempo.	Em um intervalo de tempo	Em um intervalo de tempo.

**Quadro 1.0** Comparativo entre as Metodologias

**Fonte:** Barbosa *et al*, (1999 *apud* MORAES, 2003).

## 5 ESTRUTURA DO CONTROLE INTERNO NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O controle interno nas instituições financeiras está estruturado segundo modelo estabelecido pelo COSO, sendo publicado pelo BIS<sup>8</sup> em setembro de 1998, *13 princípios* pertinentes ao assunto, para servir de balizador na implantação, implementação e supervisão bancária, os quais apresentam os seguintes componentes: Ambiente de Controles; Avaliação e Gestão de Riscos; Atividades de Controles; Informação e Comunicação; e Monitoramento.

A seguir será feita abordagem de cada componente integrante da estrutura de controles internos, tendo em vista que, essa metodologia é a referência para a atual estrutura aplicada nas instituições financeiras do País.

### 5.1 AMBIENTE DE CONTROLE

No Princípio 3, citado por BRITO (2007, p. 69), “em uma organização bancária, os funcionários de todos os níveis necessitam compreender seu papel no processo de controles internos e estar inteiramente engajados nesse processo”. O ambiente de controle envolve a

<sup>8</sup>BIS – *Bank for International Settlement* (Basileia –Suíça) - Banco de Compensação entre Bancos Centrais fundado em 1930, com objetivo de promover a cooperação entre os bancos centrais, é mais antiga instituição financeira internacional e mantém-se, atualmente, como principal centro internacional de cooperação entre bancos centrais.

postura, o comportamento dos funcionários ante aos procedimentos de controle, normas e práticas operacionais, conforme já previa em suas palavras Uhl (1982, p. 63), “o processo de familiarização com o sistema de controle interno deve abranger toda a organização, ...”.

A alta administração e a gerência superior tem a responsabilidade de disseminar uma cultura corporativa de controles internos, que enfatize altos padrões éticos e de integridade, sendo essa assertiva corroborada por D'Ávila & Oliveira (2002, p. 39):

Em tal estruturação, os fatores a serem considerados são os valores éticos, integridade e competência dos funcionários, a filosofia e o estilo operacional da gerência, a maneira pela qual a gerência delega autoridade e responsabilidade, e organiza e desenvolve seu pessoal, e a atenção dada pela alta diretoria.

A diretoria é responsável também, em assegurar o funcionamento do sistema de controles internos efetivos e adequados, compatíveis às condições operacionais da instituição, aprovar estratégias e políticas que compreendam riscos aos quais os bancos estão sujeitos, e fornecer diretrizes, orientação e supervisão à alta gerência.

Conforme apregoa Dias (2006, p. 49) “O ambiente de controle envolve competência técnica e compromisso ético; é um fator intangível, essencial à efetividade dos controles internos”.

De fato, é um fator cultural, a organização precisa respirar esse ambiente de controle, de modo que todos os colaboradores percebam a cultura de controle existente dentro e fora do ambiente, pautada na ética, na postura, na integridade, no profissionalismo e espírito de equipe e fundamentalmente nos exemplos de seus superiores hierárquicos.

## 5.2 AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

Antes de esboçar o assunto, faz-se necessário discorrer sobre a definição do que vem a ser Risco em sua amplitude, sendo definido por Gitman (1997, p. 202), com propriedade:

O risco, em seu sentido fundamental, pode ser definido como a possibilidade de prejuízo financeiro. Os ativos que possuem grandes possibilidades de prejuízo são vistos como mais arriscados que aqueles com menos possibilidades de prejuízo. Mais formalmente, o termo *risco* é usado alternativamente como *incerteza*, ao referir-se à variabilidade de retornos associada a um dado ativo.

Ainda segundo Gitman (1997, p. 202) “o risco pode ser visto como relativo a um único ativo mantido isoladamente ou relativo a uma **carteira** – um conjunto ou grupo de ativos”.  
[grifo do autor]

Risco então, é a probabilidade de perda ou incerteza associada ao cumprimento de um objetivo. Com isso, é necessário existir previamente objetivos e metas traçados dentro da organização, e a partir desse ponto identificar, avaliar e gerenciar os riscos a que estão expostos, através das atividades de controles internos.

As instituições financeiras sofrem maior exposição aos riscos inerentes à atividade, sendo necessário monitorar com frequência constante, os diversos riscos (internos e externos) que podem afetar a consecução de seus objetivos estratégicos.

Experiências de grandes perdas provocadas por fragilidades nos controles ou deficiências no gerenciamento de instituições como os casos da Regulação Prudencial, Barings Bank, Banco BCCI e Banca Nazionale Del Lavoro, conforme figura 1.1, estimularam o BIS – Bank for International Settlements, através do Comitê da Basileia para a Supervisão Bancária, a intensificar as exigências em relação à administração de riscos e definição de controles dentro das instituições financeiras. (MORAES, 2003)

Dentre os vários riscos a que estão sujeitas as instituições financeiras, pode-se identificar os seguintes como principais, conforme discorrido por Brito (2007):

*Risco de Crédito* – risco associado à atividade fim, por representar a probabilidade de perdas em suas transações cotidianas;

*Risco de Mercado* – risco associado à conjuntura econômica, sendo influenciado pelo mercado de juros, câmbio, ações, mercadorias, políticas econômicas;

*Risco de Liquidez* – risco associado à incapacidade do devedor em saldar seus compromissos, devido à má gestão dos ativos e passivos de longo prazo;

*Risco Operacional* – risco associado à possibilidade de perdas decorrentes de fraquezas ou ausências de processos de controles internos adequados, e também em função de eventos externos que afetam a estrutura operacional. Pode-se ainda, decompor o risco operacional em riscos: *reputacional ou de imagem, de liquidação, humano, de controle interno inadequado ou insuficiente, inadequado para gestão dos negócios, sistêmico, legal, e de fraude*.

Como forma de mensurar e também de gerenciar adequadamente o risco operacional, foi lançado novo Acordo de Basileia II que prevê conforme palavras de Ito (2005), “o Novo Acordo está estruturado na captura, tratamento, interpretação e gestão dos riscos de crédito e operacional, ...”.

*Risco Soberano/país* – risco associado ao fluxo de fundos entre dois ou mais países, de natureza econômica, distúrbios políticos e ações de soberania de determinado país que possam afetar os ativos da instituição.

*Risco Sistêmico* – risco associado ao Sistema Financeiro Nacional- SFN, onde por falta de liquidez de alguma instituição financeira, esta poderia desencadear uma reação em cadeia no mercado financeiro. Porém, com o advento do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB, a partir de 2002, este risco foi minimizado e controlado, em função de as transações financeiras acontecerem em tempo real.

A definição da intensidade de exposição aos riscos compete à alta administração através de suas políticas e normas operacionais, cabendo à gerência superior identificar, avaliar, monitorar e controlar o grau de exposição aos riscos atingido nas diversas unidades de negócios do conglomerado. O Princípio 4 versa a respeito do assunto, conforme citado por Brito (2007, p. 70):

A administração sênior deve estar segura de que os fatores internos e externos que poderiam afetar adversamente a realização dos objetivos do banco estão sendo identificados e avaliados. Essa avaliação deve cobrir todos os vários riscos que o banco enfrenta (por exemplo, risco de crédito, risco do país e de transferências, risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de liquidez, risco operacional, risco legal e risco de reputação).

Importante ressaltar que, determinados riscos são controláveis pela organização (risco de crédito, de mercado, de liquidez) e outros não são controláveis (risco legal, risco sistêmico, risco país), cabendo ao banco avaliar e controlar os que estão em sua competência através das atividades e procedimentos de controles.

Quanto aos riscos não controláveis, a instituição financeira deve decidir se os aceita, em que grau, ou então, abandonar determinadas atividades susceptíveis a estes.

Como forma de reforçar o acima exposto, D'Avila & Oliveira (2002, p. 62) fazem a seguinte consideração acerca de gestão de riscos:

O gerenciamento de riscos é um processo permanente e interativo, constituindo-se num componente crítico do sistema de controles internos. A gerência deve se concentrar cuidadosamente nos riscos em todos os níveis da empresa, e tomar as medidas necessárias para gerenciá-los.

Com isso, há a necessidade de o controle interno estar sendo constantemente avaliado pela alta administração, no que tange às revisões dos riscos (controláveis/não-controláveis) e adaptações do controle interno frente a essas mudanças conjunturais, a fim de acompanhar os movimentos do mercado (por exemplo, a inovação financeira, ameaçando potencialmente o fluxo de caixa da instituição).

O gerenciamento dos diversos riscos relacionados à vasta linha de produtos da instituição, um amplo conhecimento dos mercados, bem como uma aguçada consciência das características dos participantes e produtos a eles vinculados, são características importantes para a gestão de riscos (BRITO, 2007, p.168).

A gestão dos riscos nas instituições financeiras é de fundamental importância estratégica para a consecução de seus objetivos, tendo em vista a necessidade de aportes de capital para fazer frente aos riscos operacionais (Basiléia II), impactando diretamente o seu potencial de *alavancagem*<sup>9</sup>, ou seja, seu patrimônio líquido ponderado por esses riscos.

### 5.3 ATIVIDADES DE CONTROLE

Uma vez definidos os objetivos estratégicos e identificados os potenciais riscos no cumprimento dos objetivos, faz-se necessário desenvolver *atividades de controles* internos em cada nível de negócio da entidade. A alta administração e gerência superior devem estabelecer uma estrutura apropriada para um controle interno eficaz.

Dias (2006, p.50) ensina que, “são aquelas atividades que, quando executadas a tempo e de maneira adequados, permitem a redução ou administração dos riscos. Podem ser de duas naturezas: atividades de prevenção ou de detecção.”

Segundo o constante no Princípio 06 citado por Brito (2007, p. 71) essas atividades devem conter:

...revisões de alto nível; controles apropriados da atividade de departamentos ou divisões diferentes; controles físicos; verificação periódica de aderência aos limites de exposição; um sistema das aprovações e autorizações; e um sistema de verificação e reconciliação.

Outro ponto importante a ser destacado nas atividades de controles internos é a segregação de funções, conforme menciona Gil (2000, p.16), “segregação de funções é indispensável para sinergia máxima do ciclo administrativo planejamento/execução/controle.” Ainda segundo Gil (2000, p. 19), “principalmente, quanto ao recurso humano, para atendimento às expressões ‘quem executa não controla’ e ‘quem audita não desenvolve/não implanta/não operacionaliza’, o conceito de segregação de funções deve ser preservado.” Esta atividade está consolidada no Princípio 7 citado por Brito (2007, p.71) :

A administração sênior dever ter a garantia de que existe segregação de funções apropriadas e de que não foram atribuídas responsabilidades conflitantes ao pessoal. As áreas de conflito de interesse potenciais devem ser identificadas, minimizadas e, com cuidado, monitoradas.

---

<sup>9</sup> *Alavancagem* – Capacidade de realizar operações de crédito em função de seu Patrimônio Líquido Ponderado pelo Rico - PLPR.

Brito (2007, p.72) afirma que, “revendo as perdas principais dos bancos, propiciadas por controles internos deficientes, os supervisores bancários concluíram que uma das causas principais dessas perdas é a falta de segregação de funções adequadas.”

Conseqüentemente, determinadas atividades dentro de um banco devem ser divididos entre várias pessoas, devendo ocorrer revisões periódicas das responsabilidades e das funções dos indivíduos-chave, a fim de reduzir o risco de manipulação de dados ou de apropriação indébita.

## 5.4 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Com os avanços tecnológicos na área de tecnologia da informação, as organizações passaram a dispor de informações sobre desempenhos operacional e administrativo, tudo em tempo real, o que facilitou sobremaneira a gestão e controle.

Dias (2006, p. 52) defende a comunicação entre os níveis hierárquicos de uma organização:

“a comunicação é o fluxo de informações dentro de uma organização, entendendo que este fluxo ocorre em todas as direções – dos níveis hierárquicos superiores aos níveis hierárquicos inferiores, dos níveis inferiores aos superiores e comunicação horizontal entre níveis hierárquicos equivalentes.

Brito (2007, p. 73) enfatiza a necessidade de uma comunicação eficaz nas unidades de negócios de um banco:

Sem uma comunicação eficaz, a informação é inútil. A gerência sênior dos bancos necessita estabelecer trajetos para sua comunicação a fim de garantir que a informação atinja as pessoas certas. Essa informação relaciona as políticas e os procedimentos operacionais do banco, bem como os dados a respeito do desempenho operacional real da organização.

O Princípio 8 versa sobre a necessidade de informações contábeis e financeiras, conforme cita Brito (2007, p. 72):

A administração sênior deve certificar-se de que existem dados financeiros, operacionais e de *compliance* internos adequados e detalhados, assim como informações externa de mercado sobre eventos e circunstâncias que são relevantes ao processo de tomada de decisão. A informação deve ser confiável, oportuna, acessível e estar disponível em um formato consistente.

O Princípio 9 reforça a necessidade de uma comunicação efetiva entre os diversos níveis hierárquicos, conforme citado por Brito (2007, p.72):

A administração sênior deve estabelecer canais efetivos de comunicação para garantir que toda a equipe de funcionários esteja ciente das políticas dos procedimentos que afetam seus deveres e responsabilidades, e que outras informações relevantes alcancem o pessoal ao qual ela se destina.

Conforme ainda D'Avila & Oliveira (2002, p. 70), “as informações são identificadas, capturadas, processadas e reportadas por sistemas de informações”. O Princípio 10 enfatiza a importância de existir um sistema de informação apropriado à estrutura de instituição, conforme Brito (2007, p. 73):

A administração sênior dever estar convicta de que existem, em funcionamento, sistemas de informação apropriados que envolvem todas as atividades do banco. Esses sistemas, incluindo aqueles que mantêm ou que utilizam dados em formato eletrônico, devem ser seguros e testados periodicamente.

Ainda segundo comenta Brito (2007, p.73), “os controles sobre os sistemas e a tecnologia de informação devem incluir controles gerais e de aplicação.”

Em suma, a informação e a comunicação são fundamentais numa instituição financeira, e deve ocorrer entre todos os níveis hierárquicos, de modo a permear toda a estrutura, e que seja tempestiva, suprimindo as necessidades gerenciais e operacionais nas suas demandas, senão veja-se o que dizem D'Avila & Oliveira (2002, p.71), “... um sistema de informações deve também processar e reportar informações em tempo hábil e de maneira adequada, de forma a servir como instrumento para controlar as atividades da empresa”.

## 5.5 MONITORAMENTO

O monitoramento é a avaliação dos controles internos ao longo do tempo, servindo de indicador de desempenho. Dias (2006, p.53) ensina que, “o monitoramento é feito tanto através do acompanhamento contínuo das atividades quanto por avaliações pontuais, tais como auto-avaliação, revisões eventuais e auditoria interna.”

D'Avila & Oliveira (2002, p.102) ensinam que:

A monitoração assegura que o controle interno continua a operar efetivamente. Este processo envolve a avaliação sobre o desenho e funcionamento dos controles, a ser feito por pessoas gabaritadas e dentro de uma periodicidade adequada, a fim de que ações necessárias possam ser tomadas

D'Avila & Oliveira (2002, p. 103) continuam dizendo que, “o processo de monitoramento pode ser feito de duas maneiras: através de atividades contínuas ou avaliações em separado.”

Segundo Brito (2007, p. 74):

As atividades de monitoramento contínuo podem oferecer a vantagem de, rapidamente detectar e corrigir deficiências no sistema de controle interno. Tal monitoramento é mais eficaz quando esse sistema é integrado ao ambiente operacional e produz relatórios regulares para revisão. [...] Ao contrário das avaliações reativas que detectam tipicamente problemas somente após o fato consumado, as avaliações contínuas permitem que a organização faça exames atualizados e detalhados da eficácia das atividades de monitoramento.

Os Princípios 11, 12 e 13 versam sobre o monitoramento dos sistemas de controles internos e a necessidade de existir auditorias internas e comitês de auditorias para fins de reportação das deficiências e necessidades de melhorias identificadas nos monitoramentos contínuos e esporádicos, conforme esboçado por Brito (2007, pp. 74-75):

**Princípio 11.** A administração sênior deve monitorar continuamente a eficácia total dos controles internos do banco, a fim de auxiliar no cumprimento dos objetivos da organização. O monitoramento dos riscos-chave deve se parte das operações diárias do banco e incluir avaliações independentes, de acordo com o caso.

**Princípio 12.** Deve existir uma auditoria interna ampla e eficaz do sistema de controles internos, composta por funcionários apropriadamente treinados, competentes e que tenham uma compreensão clara de seu papel e responsabilidade. A auditoria interna, como parte do monitoramento do sistema de controles, deve reportar-se diretamente ao comitê de auditoria e à gerência sênior.

**Princípio 13.** As deficiências identificadas nos controles internos devem ser relatadas de forma tempestiva ao nível apropriado da administração e ser cuidadas prontamente. **As deficiências relevantes nos controles internos devem ser relatadas à administração sênior e ao conselho de diretores.** [grifo nosso]

A título de ilustração, consta no anexo IV e V as figuras 2.0 e 3.0, com organograma da estrutura organizacional do Banco do Brasil e composição do comitê, respectivamente, sendo de ressaltar a posição que ocupa o Comitê de Auditoria na hierarquia institucional.

## 6 CONTROLES INTERNOS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS À LUZ DA RESOLUÇÃO BACEN Nº. 2.554/98

O Brasil, apesar de não ser signatário do BIS – Basileia, seguiu os 13 princípios (*vide* anexo II) emanados pelo BIS, que foram levados em consideração pela autoridade



supervisora, Bacen, na edição da **Resolução nº 2.554/98**, a qual se tornou um verdadeiro divisor de águas na implantação e implementação de controles internos nas referidas instituições financeiras do País, conforme o artigo 1º, que diz:

Determinar as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e a implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

Carvalho e Caldas em artigo técnico comentam a eficácia da resolução, dizendo:

Foco importante que jamais pode ser relegado a plano inferior é a filosofia de integração de atividades consideradas complementares, como acompanhamento dos controles internos (**em atendimento à Resolução 2.554 do Banco Central**) que também deve ser realizado de forma concomitante aos trabalhos efetuados com diversas áreas, permitindo que se engajem **na mitigação do risco** desconhecido e aprimorando os controles existentes sobre os identificados. [grifo nosso]

Conforme cita Moraes (2003), “... esta resolução apontou para a necessidade do gerenciamento de riscos, em especial dos riscos operacionais, nas instituições financeiras”.

A estrutura de controles internos exigida pelo Bacen se baseia na metodologia COSO, que é composta por cinco componentes, quais sejam, ambiente de controles, avaliação e gerenciamento riscos, atividades de controles, informação e comunicação, e, monitoramento, comentados no item 6, que têm por finalidade tornar o ambiente operacional da instituição financeira mais eficiente e consistente.

Cotejando-se o conteúdo dos sete artigos da resolução Bacen nº. 2.554/98, podem-se destacar os seguintes itens atinentes aos controles internos:

- 1- Exigência de implantação e implementação dos CI, (art. 1º *caput*); efetivos e consistentes com a estrutura organizacional da instituição financeira, responsabilizando a diretoria pelos objetivos, procedimentos e acompanhamento dos controles internos, (art. 1º, § 2º);
- 2- Permear os diversos níveis hierárquicos com clareza nas funções e responsabilidades, segregação de funções, avaliação de fatores internos e externos que possam afetar adversamente os objetivos da instituição, canais de comunicação e informação, avaliação contínua de riscos, testes de segurança nos sistemas de informações em especial nos eletrônicos, necessidade de auditoria interna nos sistemas de controles internos (art. 2º);
- 3- Relatórios semestrais com conclusões, recomendações e manifestações a respeito dos processos, deficiências e medidas adotadas para saná-las, os quais devem ser submetidos ao conselho de administração, devendo ficar à disposição do Bacen por cinco anos, (art. 3º);

4- Disseminação de cultura de controles internos, padrões éticos e integridade por parte da alta administração, (art. 4º);

5- Cronograma de implantação e implementação de controles internos com início em 01/1999 e fim 31/12/1999, devendo estar em funcionamento a partir de 01/2000, (art. 5º);

6- Medidas restritivas operacionais e ingerência por parte do Bacen nas instituições que descumprissem tal prazo, e nos casos de controles internos inadequados, (art. 6º).

O controle interno tem dentre seus objetivos o de reforçar os aspectos de melhoria operacional e alinhar essa eficiência operacional ao atingimento de objetivos e metas, conforme explicitado no artigo 2º, inciso VI da resolução Bacen nº. 2.554/98, corroborando essa assertiva:

Artigo 2º- Os controles internos [...] devem prever:

IV- o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como a assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos;

No desenho de controles internos esboçado pela resolução Bacen 2.554/98, pode-se afirmar que propiciam um fortalecimento do ambiente operacional, tendo em vista contemplar as áreas críticas do negócio - pessoas, riscos, orçamentos financeiros, princípios contábeis, normas e procedimentos internos, recursos tecnológicos, legislação, atingimento de objetivos e metas, auditoria interna e externa, envolvendo desde o operacional até a alta administração, necessitando, porém, do contínuo monitoramento e constante avaliações do sistema de controles internos, a fim de verificar se está adequado à estrutura da instituição financeira, bem como às mudanças no cenário externo.

## **7 LIMITAÇÕES DO CONTROLE INTERNO**

Como consta na definição de controles internos do COSO, este visa a assegurar razoável segurança na consecução dos objetivos do negócio, no entanto um controle interno ineficiente torna-se pior que nenhum controle implantado.

Lopes de Sá (2007, p.128) ensina que, “a análise dos controles internos não deve levar a ‘intransigências’ ou ‘exageros’ por parte do auditor. [...] existem casos em que a própria administração os abandona, conscientemente.”

Segundo D’Avila & Oliveira (2002) existem dois conceitos: 1º - Controles internos, até mesmo os mais efetivos, funcionam em diferentes níveis em relação a diferentes objetivos; 2º - Controles internos não podem fornecer garantia total de que as quatro categorias de objetivos serão atingidos. Ainda segundo D’Avila & Oliveira (2002), os sistemas de controles internos apresentam limitações em função dos seguintes itens: segurança razoável, julgamento humano, colapsos, má intenção da gerência, conluios e custos *versus* benefícios.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No limiar do Século XXI, o controle interno sofreu uma evolução gigantesca, porém, em sua essência, continua a ensejar o objetivo primordial, senão o de tornar fidedignos os dados financeiros/contábeis da organização. Com os devidos aperfeiçoamentos que ocorreram em face de exigências legais, evolução de tecnologias, e o próprio desenvolvimento dos negócios que tomaram proporções globais, o controle interno passou a ter função de maior relevância como ferramenta de gestão, auxiliando na mensuração de objetivos econômicos, operacionais, legais, de gestão de pessoas e possibilitando que a organização faça avaliações constantes sobre o desempenho.

O controle interno deve ser entendido na instituição financeira, como um processo envolvido nos demais, um meio e não um fim, e que depende fundamentalmente de pessoas para ser implementado e executado nas áreas operacionais e administrativas da entidade, em busca da excelência na qualidade. A alta administração tem, portanto, a responsabilidade de implementar e acompanhar o controle interno, bem como de promover a cultura de controle entre o corpo funcional, permeando todos os níveis funcionais.

O mercado financeiro está sujeito a uma gama de riscos, dentre os principais riscos, pode-se citar o operacional e de crédito, em que se faz necessários mecanismos de identificação, análise, e gestão desses riscos, função esta atribuída ao sistema de controles internos eficaz e eficiente, de tal maneira que reporte esses riscos a alta administração e gerência superior, de sorte a se controlar esses riscos em níveis aceitáveis sob a ótica das

políticas e procedimentos da organização, e por outro lado rejeitar os riscos que não estão sob controle, ou mesmo deixar de atuar em determinados nichos que ofereçam riscos aos quais a instituição não prevê em suas políticas e estratégia de atuação. O controle interno possibilita à alta administração acompanhar a gestão de riscos em toda a organização financeira, através de um sistema de informação e comunicação adequado e compatível com o exigido para um controle interno eficaz e eficiente, tornando possível o acompanhamento das unidades de negócios de maneira confiável e tempestiva.

Conforme discorrido acerca da metodologia COSO e resolução Bacen nº 2.554/98, constatou-se que o seu conteúdo visa à construção de um ambiente operacional consistente através das conformidades com as leis e regulamentos das atividades, controle e gestão dos riscos, em especial o risco operacional por ser inerente à atividade da instituição financeira e permitir um controle direto das atividades desenvolvidas no dia-a-dia. Visa também ao fornecimento e elaboração de informações contábeis confiáveis e de acordo com as normas pertinentes, e produção de relatórios gerenciais tempestivos de forma a reportar os desvios identificados no acompanhamento das atividades ante o planejado. Busca a sensibilização e interação das pessoas com as metas, normas e regulamentos através de um sistema eficiente de informação e comunicação que atinja a todos os níveis hierárquicos, possibilitando a formação de uma cultura de controle pautada na ética, integridade e postura de todo o corpo funcional.

Através do inter-relacionamento dos itens componentes da estrutura de um controle interno, pode-se afirmar que este permite o atingimento dos objetivos fundamentais de uma instituição financeira, que é o de gerar lucros e resultados positivos, os quais dependem impreterivelmente de um ambiente operacional, forte, eficaz e sobretudo eficiente, capaz de garantir a perpetuidade do negócio.

Por fim, percebe-se também, que o modelo de estrutura de controles internos não pode ser estático, ele deve acompanhar as tendências de mercado e ser atualizado constantemente. O avanço tecnológico possibilita a utilização de novos mecanismos que devem ser avaliados com a finalidade de automatizar os processos e racionalizar custos.

Sugere-se, com base no contido neste trabalho, a aplicação em pesquisa empírica, para se tentar mensurar de forma objetiva a relação existente entre os controles internos eficaz e eficiente, e a melhoria no ambiente operacional e no incremento dos resultados financeiros da instituição.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal, Código Comercial, Código Tributário Nacional / organizadora do código comercial Vera Helena de Mello Franco; organizador do código tributário nacional Roque Antônio Carazza; Coord. Giselle de Melo Braga Tapai. 6<sup>a</sup>. ed. Revisada, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

BRASIL. Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em : <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404consol.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm)> . Acesso em: 05/08/2007.

BRASIL. Resolução 607 de 08 de Abril de 1980. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?LEGISLACAO>> . Acesso em: 03/09/2007.

BRASIL. Resolução 1007 de 03 de Maio de /05/1985. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?LEGISLACAO>> . Acesso em: 03/09/2007.

BRASIL. Resolução 2.554 de 24 de Setembro de 1998. **Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?LEGISLACAO>> . Acesso em: 03/09/2007.

BRITO, Osias Santana. Gestão de Riscos. **Uma abordagem orientada a Riscos Operacionais.** São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO, Demerval Bicalho; CALDAS, Marcelo Petroni. **Basiléia II: Abordagem Prática para Acompanhamento de Risco Operacional em Instituições Financeiras – Artigo Técnico.** Disponível em: <[http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Artigo\\_BasileiaII.pdf](http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Artigo_BasileiaII.pdf)>. Acesso em: 03/09/2007.

D’AVILA, Marcos Zähler; OLIVEIRA, Marcelo Aparecido Martins de. **Conceitos e Técnicas de Controles Internos de Organizações.** São Paulo: Nobel, 2002.

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. **Auditoria de Processos Organizacionais – Teoria, Finalidade, Metodologia de Trabalho e Resultados Esperados.** São Paulo: Atlas, 2006.  
GIL, Antônio de Loureiro. **Auditoria Operacional e de Gestão.** 5 ed., São Paulo: Atlas, 2000.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira.** 7. ed., São Paulo: Harbra, 1997.

ITO, Eduardo. **Basiléia II: Reflexos do Novo Acordo e os Desafios para a Contabilidade, 2005.** Disponível

em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/Basil%20II%20Reflexos%20do%20Novo%20Acordo%20e%20os%20Desafios%20para%20a%20Contabilidade.pdf>>. Acesso em: 03/09/2007.

LOPES DE SÁ, Antônio. **Curso de Auditoria.** 10. ed., São Paulo: Atlas, 2007.

Manual do Banco do Brasil - **Controles Internos- Conceitos e Metodologias - Formação Básica para Agentes de *Compliance*** – 09/2000;

MORAES, José Cássio Fróes de. **Análise da Eficácia da Disseminação de Conhecimentos sobre Controles Internos após sua Implementação no Banco do Brasil.** Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/Dissertacao.pdf>>. Acesso em: 03/09/2007.

UHL, Franz, Coord. – Auditoria Interna, 2 ed. , São Paulo: Atlas, 1982.

## **OBRAS CONSULTADAS**

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade – Orientação de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses.** São Paulo: Atlas, 2003.

## ANEXO I – RESOLUÇÃO 2.554/98

### **Resolução 2.554/98 do Banco Central do Brasil**

Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles internos.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 24.09.98, tendo em vista o disposto no art. 4., inciso VIII, da referida Lei, nos arts. 9. e 10 da Lei n. 4.728, de 14.07.65, e na Lei n. 6.099, de 12.09.74, com as alterações introduzidas pela Lei n. 7.132, de 26.10.83,

#### **R E S O L V E U:**

**Art. 1.** Determinar as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e a implementação de controles internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

**Parágrafo 1.** Os controles internos, independentemente do porte da instituição, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por ela realizadas.

**parágrafo 2.** São de responsabilidade da diretoria da instituição:

I - a implantação e a implementação de uma estrutura de controles internos efetiva mediante a definição de atividades de controle para todos os níveis de negócios da instituição;

II - o estabelecimento dos objetivos e procedimentos pertinentes aos mesmos;

III - a verificação sistemática da adoção e do cumprimento dos procedimentos definidos em função do disposto no inciso II.

**Art. 2.** Os controles internos, cujas disposições devem ser acessíveis a todos os funcionários da instituição de forma a assegurar sejam conhecidas a respectiva função no processo e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização, devem prever:

I - a definição de responsabilidades dentro da instituição; 108

II - a segregação das atividades atribuídas aos integrantes da instituição de forma a que seja evitado o conflito de interesses, bem como meios de minimizar e monitorar adequadamente áreas identificadas como de potencial conflito da espécie;

III - meios de identificar e avaliar fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição;

IV - a existência de canais de comunicação que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso a confiáveis, tempestivas e compreensíveis informações consideradas relevantes para suas tarefas e responsabilidades;

V - a contínua avaliação dos diversos riscos associados as atividades da instituição;

VI - o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como a assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos;

VII - a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

**parágrafo 1.** Os controles internos devem ser periodicamente revisados e atualizados, de forma a que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a riscos novos ou anteriormente não abordados.

**parágrafo 2.** A atividade de auditoria interna deve fazer parte do sistema de controles internos.

**parágrafo 3.** A atividade de que trata o parágrafo 2., quando não executada por unidade específica da própria instituição ou de instituição integrante do mesmo conglomerado financeiro, poderá ser exercida:

I - por auditor independente devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde que não aquele responsável pela auditoria das demonstrações financeiras;

II - pela auditoria da entidade ou associação de classe ou de órgão central a que filiada a instituição;

III - por auditoria de entidade ou associação de classe de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, mediante convenio, previamente aprovado por este, firmado entre a entidade a que filiada a instituição e a entidade prestadora do serviço.

**parágrafo 4.** No caso de a atividade de auditoria interna ser exercida por unidade própria, deverá essa estar diretamente subordinada ao conselho de administração ou, na falta desse, a diretoria da instituição.

**parágrafo 5.** No caso de a atividade de auditoria interna ser exercida segundo uma das faculdades estabelecidas no parágrafo 3., devesse o responsável por sua execução reportar-se diretamente ao conselho de administração ou, na falta desse, a diretoria da instituição.

**parágrafo 6.** As faculdades estabelecidas no parágrafo 3., incisos II e III, somente poderão ser exercidas por cooperativas de crédito e por sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários não integrantes de conglomerados financeiros.

**Art. 3.** O acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos deve ser objeto de relatórios, no mínimo semestrais, contendo:

I - as conclusões dos exames efetuados;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

**parágrafo único.** As conclusões, recomendações e manifestação referidas nos incisos I, II e III deste artigo:

I - devem ser submetidas ao conselho de administração ou, na falta desse, a diretoria, bem como a auditoria externa da instituição;

II - devem permanecer a disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo de 5 (cinco) anos.

**Art. 4.** Incumbe a diretoria da instituição, além das responsabilidades enumeradas no art. 1., parágrafo 2., a promoção de elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os funcionários, a importância dos controles internos e o papel de cada um no processo.

**Art. 5.** O sistema de controles internos devesse estar implementado até 31.12.99, com a observância do seguinte cronograma:

I - definição das estruturas internas que tornarão efetivos a implantação e o acompanhamento correspondentes – até 31.01.99;

II - definição e disponibilização dos procedimentos pertinentes - até 30.06.99.

**parágrafo único.** A auditoria externa da instituição deve fazer menção específica, em seus pareceres, a observância do cronograma estabelecido neste artigo.

**Art. 6.** Fica o Banco Central do Brasil autorizado a:

I - determinar a adoção de controles adicionais nos casos em que constatada inadequação dos controles implementados pela instituição;

II - imputar limites operacionais mais restritivos a instituição que deixe de observar determinação nos termos do inciso I no prazo para tanto estabelecido;

III - baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessárias a execução do disposto nesta Resolução, incluindo a alteração do cronograma referido no art. 5..



**Art. 7.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.  
Brasília, 24 de setembro de 1998  
**Gustavo H. B. Franco**  
**Presidente**

## **ANEXO II - BIS – 13 Princípios Relativos aos Controles Internos do Comitê da Basileia**

### **Controle pela administração e cultura de controle**

#### **Princípio 1:**

O conselho de diretores deve responsabilizar-se pela aprovação das estratégias e políticas; compreender os riscos incorridos pelo banco, ajustando-os a níveis aceitáveis e assegurando-se de que a alta administração tome as medidas necessárias para identificar, monitorar e controlar estes riscos; aprovação da estrutura organizacional; e assegurar-se de que a administração sênior monitorea a eficácia do sistema de controles internos.

#### **Princípio 2:**

A administração sênior deve ter a responsabilidade de executar as estratégias aprovadas pelo conselho; ajustando as políticas internas apropriadas de controle; e monitorando a eficácia do sistema de controles internos.

#### **Princípio 3:**

O conselho de diretores e a administração sênior são responsáveis pela promoção de elevados padrões éticos e de integridade, e por estabelecer uma cultura dentro da organização que enfatiza e demonstra a todos os níveis do pessoal a importância dos controles internos. Todos os níveis do pessoal em uma organização bancária necessitam compreender seu papel no processo de controles internos e estar inteiramente engajados no processo.

### **Avaliação de risco**

#### **Princípio 4:**

A administração sênior deve assegurar-se de que os fatores internos e externos que poderiam afetar adversamente a realização dos objetivos do banco estão sendo identificados e avaliados. Esta avaliação deve cobrir todos os vários riscos que o banco enfrenta (por exemplo, o risco de crédito, o risco do país e de transferência, o risco de mercado, o risco de taxa de juros, o risco de liquidez, o risco operacional, o risco legal e o risco de reputação).

#### **Princípio 5:**

A administração sênior deve assegurar-se de que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos do banco estejam sendo continuamente avaliados. Os controles internos podem demandar revisão de modo a abranger apropriadamente novos riscos ou riscos previamente não controlados.

### **Atividades de controle**

#### **Princípio 6:**

As atividades de controle devem ser uma parte integral das operações diárias de um banco. A administração sênior deve estabelecer uma estrutura apropriada de controle para assegurar controles internos eficazes, definindo as atividades de controle em cada nível do negócio. Estes devem incluir: revisões de alto nível; controles apropriados da atividade de departamentos ou divisões diferentes; controles físicos; verificação periódica de aderência

aos limites de exposição; um sistema das aprovações e autorizações; e, um sistema da verificação e reconciliação. A administração sênior deve periodicamente assegurar-se de que todas as áreas do banco estejam aderentes às políticas e procedimentos estabelecidos.

**Princípio 7:**

A administração sênior deve assegurar-se de que existe segregação de funções apropriada e que ao pessoal não foram atribuídas responsabilidades conflitantes. As áreas de conflitos de interesse potenciais devem ser identificadas, minimizadas, e com cuidado ser monitoradas. Informação e comunicação.

**Informação e Comunicação**

**Princípio 8:**

A administração sênior deve assegurar-se de que existem dados financeiros, operacionais e de conformidades internos adequados e detalhados, assim como informação do mercado externa sobre os eventos e as circunstâncias que são relevantes ao processo de tomada de decisão. A informação deve ser confiável, oportuna, acessível, e disponibilizada em um formato consistente.

**Princípio 9:**

A administração sênior deve estabelecer canais efetivos de comunicação para assegurar-se de que toda a equipe de funcionários esteja inteiramente ciente das políticas e dos procedimentos que afetam seus deveres e responsabilidades e que outras informações relevantes estejam alcançando o pessoal apropriado.

**Princípio 10:**

A administração sênior deve assegurar-se de que existem sistemas de informação apropriados em funcionamento que cobrem todas as atividades do banco. Estes sistemas, incluindo aqueles que mantêm ou que utilizam-se de dados em formato eletrônico, devem ser seguros e testados periodicamente.

**Monitoramento**

**Princípio 11:**

A administração sênior deve monitorar continuamente a eficácia total dos controles internos do banco, a fim de auxiliar no atingimento dos objetivos da organização. O monitoramento dos riscos chaves deve ser parte das operações diárias do banco e deve incluir avaliações independentes, de acordo com o caso.

**Princípio 12:**

Deve existir uma auditoria interna ampla e eficaz do sistema de controles internos realizado composta por funcionários apropriadamente treinados e competentes. A auditoria interna, como a parte de monitoramento do sistema de controles internos, deve reportar-se diretamente ao conselho de diretores ou ao comitê de auditoria, e à administração sênior.

**Princípio 13:**

As deficiências identificadas nos controles internos devem ser relatadas de forma tempestiva ao nível apropriado da administração e ser cuidadas prontamente. As deficiências relevantes nos controles internos devem ser relatadas à administração sênior e ao conselho de diretores.

**ANEXO III - Os 25 Princípios da Basiléia para a Fiscalização Bancária Eficaz**

O Comitê da Basiléia Sobre a Fiscalização Bancária, do Banco de Compensações Internacionais divulgou no dia 22 de setembro de 1997 os 25 Princípios para a Fiscalização

Bancária Eficaz (Core Principles for Effective Banking Supervision), conforme relacionado abaixo:

### **Pré-Requisitos Para a Fiscalização Bancária Eficaz**

1. Um sistema eficaz de fiscalização bancária terá responsabilidades e objetivos bem definidos para cada órgão envolvido na fiscalização das organizações bancárias. Cada um desses órgãos deverá ter independência operacional e recursos adequados. Uma estrutura legal apropriada para a fiscalização bancária também é necessária, incluindo disposições referentes à autorização das organizações bancárias e sua fiscalização contínua; poderes para tratar do cumprimento das leis, assim como questões de segurança e solidez; e proteção legal para os funcionários dos órgãos de fiscalização. Deverá haver acordos para a troca de informação entre os funcionários da fiscalização e para a proteção do sigilo de tais informações.

### **Licenciamento e Estrutura**

2. As atividades permissíveis das instituições que são licenciadas e sujeitas à fiscalização como bancos devem ser claramente definidas, e o uso da palavra "banco" nos nomes deve ser controlado, tanto quanto possível.

3. A autoridade que concede as licenças deve ter o direito de estabelecer critérios e rejeitar os pedidos de licenciamento dos estabelecimentos que não cumprirem os requisitos que forem estabelecidos. O processo de licenciamento, no mínimo, deve consistir de uma avaliação da estrutura de propriedade do banco, diretores e alta administração, seu plano de operações e controles internos, e a sua condição financeira projetada, incluindo a sua base de capital; nos casos em que o proprietário proposto ou organização controladora for um banco estrangeiro, deve ser obtida uma autorização, com antecedência, da fiscalização do país de origem.

4. Os fiscais dos bancos devem ter autoridade para estudar e rejeitar quaisquer propostas para a transferência de propriedade ou controle acionário significativo dos bancos existentes para outras pessoas ou organizações.

5. Os fiscais da atividade bancária devem ter a autoridade para estabelecer critérios para analisar aquisições ou investimentos significativos por parte de um banco e assegurar que as afiliações ou estruturas corporativas não exponham o banco a riscos indevidos ou comprometam a eficácia da fiscalização.

### **Regulamentos e Requisitos de Adequação de Capital**

6. Os fiscais da atividade bancária devem estabelecer requisitos mínimos, prudentes e adequados, de adequação de capital para todos os bancos. Tais requisitos devem refletir os riscos que os bancos assumem, e devem definir os componentes do capital, levando em consideração a sua capacidade de absorver prejuízos. Pelo menos no caso dos bancos com atividades internacionais, esses requisitos não devem ser inferiores àqueles estabelecidos no Acordo de Capital da Basiléia e suas emendas.

7. Uma parte essencial de qualquer sistema de fiscalização é a avaliação das políticas, práticas e procedimentos de um banco, no que se refere à concessão de empréstimos, e na realização de investimentos e no gerenciamento contínuo das carteiras de empréstimos e investimentos.

8. Os fiscais da atividade bancária devem estar convencidos de que os bancos estão estabelecendo e observando as políticas, práticas e procedimentos adequados para avaliar a qualidade dos ativos e a adequação de provisões de perdas associadas a empréstimos e reservas para essas perdas.

9. Os fiscais das atividades bancárias devem estar convencidos de que os bancos possuem sistemas de informação de gerenciamento que permitem que os administradores identifiquem concentrações na carteira, e os fiscais devem estabelecer limites de adequação de capital para

restringir as exposições dos bancos a tomadores individuais ou grupos de tomadores relacionados.

10. Para evitar abusos decorrentes dos empréstimos a pessoas ou organizações que tenham ligações com os bancos, os fiscais da atividade bancária devem implementar requisitos segundo os quais os bancos devem conceder empréstimos a empresas ou indivíduos relacionados de forma prudente; tais extensões de crédito devem ser monitoradas com eficácia, e outras providências adequadas devem ser tomadas para controlar ou atenuar os riscos.

11. Os fiscais da atividade bancária devem estar convencidos de que os bancos possuem políticas e procedimentos para identificar, monitorar, e controlar o risco associado ao país e o risco de transferência nas suas atividades internacionais de empréstimo e investimento, e para a manutenção de reservas apropriadas para fazer frente a esses riscos.

12. Os fiscais devem estar convencidos de que os bancos adotam sistemas que medem, monitoram e controlam adequadamente os riscos do mercado de capitais; os fiscais devem ter poderes para impor limites específicos e/ou uma tarifa especial sobre a exposição a riscos de capital, se necessário.

13. Os fiscais devem estar convencidos de que os bancos possuem um processo abrangente de gerenciamento de risco (incluindo fiscalização por parte da diretoria ou do conselho de administração) para identificar, medir, monitorar e controlar todos os outros riscos materiais e, quando for o caso, manter capital para fazer frente a esses riscos.

14. Os fiscais devem se assegurar de que os bancos adotem controles internos que sejam adequados para a natureza e a escala dos seus negócios. Esses controles devem incluir arranjos bem definidos para a delegação de autoridade e responsabilidade; separação das funções que envolvam o comprometimento do banco, o pagamento dos seus fundos, e o controle do seu ativo e passivo; conciliação desses processos; salvaguarda do seu ativo; e funções apropriadas de auditoria independente, interna ou externa e cumprimento, para testar a observância desses controles assim como das leis e regulamentos aplicáveis.

15. Os fiscais devem se assegurar de que os bancos possuam políticas, práticas e procedimentos adequados em uso, incluindo normas do tipo "conheça-o-seu-cliente", que promovam altos padrões éticos e profissionais no setor financeiro e que evitem que o banco seja usado, intencionalmente ou não, por elementos criminosos.

#### **Métodos de Fiscalização Contínua da Atividade Bancária**

16. Um sistema eficaz de fiscalização bancária deve consistir de alguma forma de fiscalização tanto local quanto remota.

102

17. Os fiscais da atividade bancária devem ter contato regular com a administração do banco e conhecer as operações da instituição na sua totalidade.

18. Os fiscais devem ter meios de coletar, rever e analisar relatórios de adequação de capital e resultados estatísticos dos bancos, tanto isoladamente quanto em conjunto.

19. Os fiscais devem ter um meio de efetuar a validação de informações de fiscalização, seja por meio de exames no local ou pela utilização de auditores externos.

20. Um elemento essencial na fiscalização da atividade bancária é a capacidade dos fiscais de fiscalizar o banco de forma consolidada.

#### **Requisitos de Informação**

21. Os fiscais devem estar convencidos de que cada banco prepare registros adequados em conformidade com políticas consistentes de contabilidade, e práticas que permitam que o fiscal consiga ter uma visão real e justa da situação financeira do banco e da lucratividade dos seus negócios, e de que o banco publique, regularmente, balanços que reflitam, com justiça, a sua situação.

#### **Poderes Formais dos Fiscais**

22. Os fiscais da atividade bancária devem ter, à sua disposição, medidas de fiscalização para exigir ações corretivas em tempo hábil, quando os bancos não atenderem aos requisitos de adequação de capital (como por exemplo, taxas mínimas de adequação de capital), quando ocorrerem violações de fiscalização, ou quando os depositantes estiverem ameaçados de qualquer outra maneira. Em circunstâncias extremas, isso deve incluir a possibilidade de cassar a licença de operação do banco ou de recomendar a sua cassação.

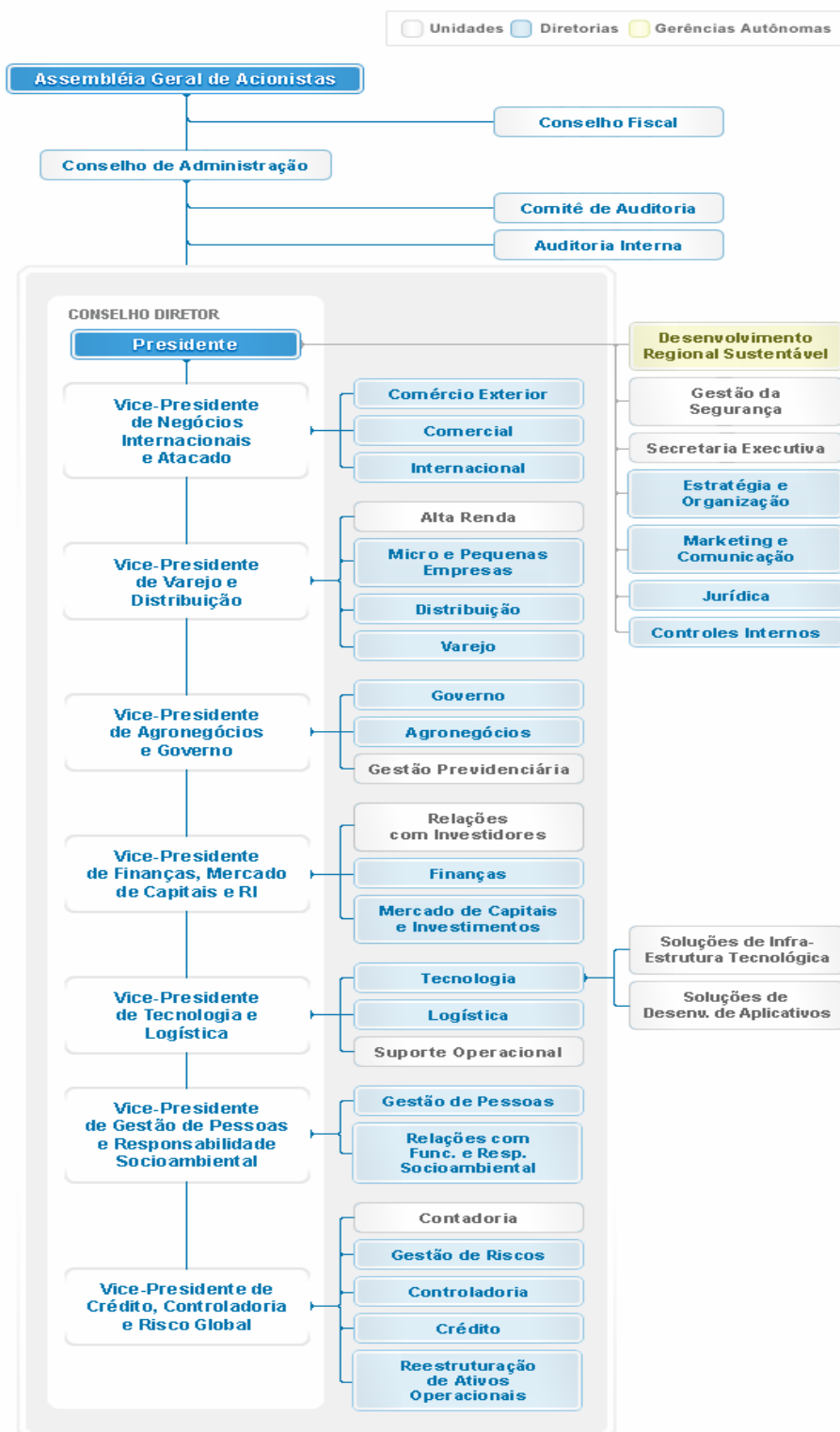
#### **Atividade Bancária Internacional**

23. Os fiscais da atividade bancária devem praticar a fiscalização global nas suas organizações bancárias que têm atividade internacional, monitorando adequadamente e aplicando normas apropriadas de adequação de capital em todos os aspectos dos negócios conduzidos por essas organizações bancárias no mundo inteiro, especialmente nas suas agências, *joint-ventures*, e subsidiárias no exterior.

24. Um dos principais componentes da fiscalização consolidada é o estabelecimento de uma relação de troca de informações com os outros fiscais envolvidos, especialmente as autoridades de fiscalização do país anfitrião.

25. Os fiscais devem exigir que as operações locais dos bancos estrangeiros sejam conduzidas de acordo com os mesmos padrões elevados que são exigidos das instituições domésticas, e devem ter poderes para compartilhar as informações de que os fiscais desses bancos no país de origem necessitam, para os Recursos de Informação.

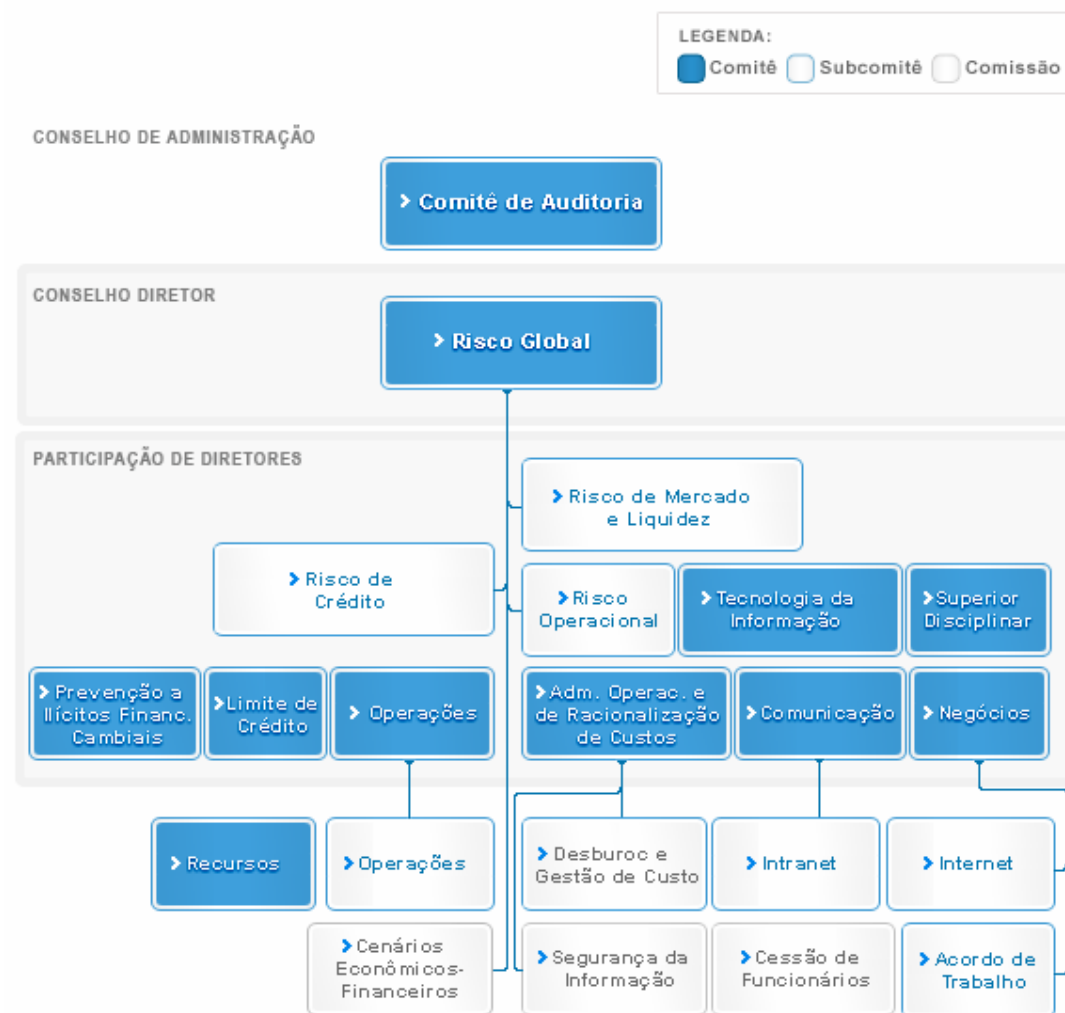
## ANEXO IV – Figura 2.0 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO BANCO DO BRASIL



S.A.

Fonte: Banco do Brasil – Internet 23/05/2007. Disponível em: <  
<http://www.bb.com.br/portalbb/page1,136,3562,0,0,1,0.bb?codigoMenu=1069&codigoNoticia=722&codigoRet=1095&bread=1>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2007.

# ANEXO V – Figura 3.0 COMPOSIÇÃO DE COMITÊ DO BANCO DO BRASIL S.A.



Fonte: Banco do Brasil – Internet 23/05/2007. Disponível em: <  
<http://www.bb.com.br/portalbb/page1,136,3562,0,0,1,0.bb?codigoMenu=1069&codigoNoticia=722&codigoRet=1095&bread=1>> . Acesso em: 20 de Setembro de 2007.